

Um representante da “classe dos homens práticos”: negócios e política na trajetória do comendador Francisco de Paula Santos durante o Império.

A exponent of the "class of practical men": business and politics in the trajectory of Commander Francisco de Paula Santos during the Empire.

Leandro Braga de Andrade¹

Resumo

Nas primeiras décadas que seguiram a independência, a atuação política das elites regionais refletiu e amalgamou a conformação da unidade territorial e do funcionamento das instituições do Estado Imperial. Este trabalho parte de uma profunda pesquisa realizada com os negociantes da cidade de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais, suas práticas mercantis, inserção social e política, entre as décadas de 1820 e 1860. Este grupo era parte importante da elite urbana local, base tanto da interiorização do mercado nacional em formação quanto da política imperial. O comendador Francisco de Paula Santos é o ponto nodal da análise agora proposta, pois, construiu uma trajetória de negócios e de inserção política que o colocava como verdadeiro mediador entre o centro econômico e político do Império com o interior, especificamente a cidade de Ouro Preto.

Palavras-chave: negociantes; Minas Gerais; elites regionais; práticas mercantis; mandatos políticos

Abstract

In the first decades following independence, the political activities of regional elites reflected and amalgamated the conformation of territorial unity and operation of the Imperial State institutions. This paper presents an in-depth survey of traders in the city of Ouro Preto, capital of the province of Minas Gerais, its commercial practices, social integration and political, between the 1820s and 1860s. This group was an important part of the local urban elite, based in the domestic market internalization and the imperial policy. The commander Francisco de Paula Santos is the nodal point of the analysis now proposed, therefore, it built a track record of business and political integration which put

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefetmg.

him as a true mediator between the economic and political center of the Empire with the interior, specifically the city of Ouro Preto.

Key words: merchants; Minas Gerais; regionalelites; commercial practices; political mandates

Um representante da “classe dos homens práticos”: negócios e política na trajetória do comendador Francisco de Paula Santos durante o Império.

Introdução

A pesquisa apresentada tem como foco a trajetória dos negócios e da atuação política de uma das principais lideranças políticas da cidade de Ouro Preto entre as décadas de 1830 e 1870, o comendador Francisco de Paula Santos. O objetivo é analisar o contexto de formação do Estado Imperial brasileiro, através da atuação de grupos dominantes locais que, ao estabelecerem redes de sociabilidades na região e em outras partes do Império, construíram alguns dos elementos fundamentais para a manutenção da ordem, da unidade e da centralização político-administrativa. A estratégia metodológica é esmiuçar os negócios, os investimentos e as estratégias de reprodução da riqueza, no mesmo passo da inserção política.

Durante os debates parlamentares acerca da reforma bancária de 1853, que fundiu o Banco Comercial do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil de Mauá, o deputado Francisco de Paula Santos expressou descontentamento com os rumos do projeto, ao observar que: “(...) a classe dos homens práticos, a humilde classe dos homens práticos, que eu tenho a honra de representar nesta casa, não está tomando parte dos debates.” (BRASIL, 1853. Vol 2. 15/06/1853). A carga de crítica contida em sua fala revela o viés de suas intervenções na Assembleia Geral, o de representar os interesses de comerciantes, fazendeiros, mineradores no universo de letrados, bacharéis e eclesiásticos.

O comendador Paula Santos era um grande negociante e agente financeiro de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais. Entre as décadas de 1830 e 1870 construiu grande fortuna, a partir da atuação mercantil, intermediando a vida econômica da cidade com o Rio de Janeiro, o principal centro comercial do Império. Sua ascensão, que inclui o comércio de escravos, negócios com mineradoras estrangeiras, comércio de importação e

exportação, empréstimo de dinheiro à juros e especulação com títulos da dívida pública, esteve intimamente ligada aos seus laços familiares e sua projeção política.

O casamento com D. Rosalina Francisca de Oliveira, em 1834, filha do Coronel Joaquim José Fernandes de Oliveira Catta Preta, o inseriu numa família de antigos mineradores, em dificuldades na época, pela precariedade técnica e falta de capitais para investir nas lavras do Inficionado. Na capital da província, a família Catta Preta ainda gozava de respeito e acesso a cargos públicos eletivos. Desde então, o futuro comendador, passou a figurar entre os eleitores escolhidos na Paróquia de N. S. do Pilar, além de eleger-se deputado provincial para as legislaturas da década de 1840 e, na década de 1850, estreitar na Assembleia Geral, onde permaneceu por vários mandatos.

Negociante austero e investidor moderno, Paula Santos, no entanto, não se furtou em lançar mão de aproximações políticas e estratégias sociais, no intuito de ganhar notabilidade na capital da província e inserção na Corte. Recebia os agentes ingleses da nova mineração subterrânea em sua casa, estabelecia amizades com políticos, fazendeiros e mineradores, pleiteava títulos honoríficos do Império e ocupava cargos de manutenção da ordem local. Além disso, nunca deixou de disponibilizar crédito em sua casa de negócio, tanto para proprietários quanto comerciantes e moradores da cidade.

O comendador ainda fez com que os irmãos mais novos tornassem verdadeiros agentes de seus interesses e partícipes de suas estratégias. Marçal José dos Santos formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Como advogado, representou o irmão negociante em ações judiciais e foi procurador em diversas transações comerciais. Também elegeu-se deputado, nas legislaturas provinciais que Paula Santos não concorreu, vereador e foi indicado para presidir a filial do Banco do Brasil em Ouro Preto. Marçal e Joaquim José dos Santos Junior casaram-se com senhoras da mesma família da esposa do irmão mais velho, os tradicionais Fernandes de Oliveira Catta Preta. O último, por sua vez, representou os negócios no Rio de Janeiro, mantendo uma casa comercial e desconto, atuando no Banco Comercial, Banco do Brasil e Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro.

Quando a Caixa Filial do Banco do Brasil de Minas Gerais foi criada ficou nítido o poder do comendador Paula Santos. Membro da diretoria da sede, indicou seus aliados

para compor a administração da filial em Ouro Preto. Consolidava-se assim, uma trajetória que engendrou poder econômico, redes de sociabilidades e liderança política.²

No processo de constituição e centralização do Estado brasileiro, os agentes que se posicionavam como elite política, social ou econômica de determinada região serviram também como agentes da ordem e dos interesses do Império. Seriam eles, mediadores entre a comunidade local, uma cidade, uma área rural ou província, com o centro do poder, representado pela Corte e suas instituições políticas.

Como representante da “classe homens práticos”, no sentido que apresentou em seu discurso em 1853, Paula Santos conhecia o mundo dos negócios, a propriedade da terra e de escravos, a concessão de crédito, as demandas políticas e econômicas das elites da cidade e da região. Sua trajetória, pode servir como caminho para se conhecer as práticas políticas e relações sociais que se estabeleciam no Brasil em meados do século XIX. Através deles será possível conhecer a dinâmica política local, a ocupação de cargos na estrutura da província ou do Império, além dos negócios que identificaram como um mediador entre o mercado nacional e a localidade.

A cidade de Ouro Preto, capital político-administrativo da província, pode ser vista tanto com suas particularidades, como na relação com o Rio de Janeiro, que a colocava como periferia, situação comum a outras cidades do Império, quanto como um centro de onde irradiava o poder em Minas Gerais.

Elites regionais no Império

A historiografia tem debatido, com importantes pesquisas, o tema da participação das chamadas elites regionais ou locais nos rumos do Estado que se formava, ao longo do século XIX. Embora a discussão tenha um rico histórico teórico, partiremos da ideia de que o grupo dirigente político do Estado não estava dissociado da sociedade, nomeadamente

² Algumas informações sobre a trajetória econômica e política de Francisco de Paula Santos estão em minha tese de doutorado: ANDRADE, Leandro B. *Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822 – c. 1864*. Rio de Janeiro. PPGHIS/UFRJ. Tese de doutoramento. 2013.

dos grupos econômicos dominantes.³ A unidade territorial e a consolidação das instituições estatais, no entanto, dependeu da dinâmica da relação das partes com o centro.

Richard Graham (1999) discorda da premissa de Ilmar Mattos (1990) de que os fazendeiros de café, em seu projeto político de poder, conceberam a consolidação do Estado, apoiados pela aristocracia agrária de outras regiões. Para o autor, o ponto chave está no poder local de fazendeiros escravistas de diversas partes do Brasil, que estabeleciam relações de clientela com a população e com o próprio poder central.

Já para Miriam Dolhnikoff (2003), a unidade territorial foi possível pelo arranjo institucional federalista, que acomodou as elites regionais, mantendo seu poderio sobre suas áreas de influência e tendo acesso ao poder central. Alguns agentes desses grupos articulavam os interesses regionais aos interesses nacionais. Mesmo após as medidas legislativas centralizadoras, o “pacto imperial” se manteria. Na concepção da autora, elites regionais são os dirigentes políticos provinciais.

Se na visão localista de Graham (1990), fazendeiros escravistas aparecem como uma categoria homogênea, sem níveis distintos de poder e articulação com o centro, em Dolhnikoff (2003), estes últimos não participariam do amálgama do funcionamento do Estado, pois, as elites provinciais não estariam atreladas aos interesses locais.

Nos estudos de Maria Fernanda Martins (2007), a organização de clãs familiares e redes de poder estabelecidos na Corte e suas instituições, mas com raio de atuação disperso pelo território nacional, aparece como a dinâmica que garantia a consolidação do Império. Acompanhando a autora na premissa da importância das redes e famílias, mas com um ângulo de visão inverso, do local para o central, Jonas Vargas (2010) dedicou-se ao estudo da conexão entre os interesses e disputas da paróquia e do município, com os rumos da política provincial e nacional, ao enfatizar a atuação de redes sociais e mediadores políticos no Rio Grande do Sul.

³ Ilmar Mattos busca a relação entre a “classe senhorial” (o governo da casa) e elite dirigente (governo do Estado). A sociedade como elemento constitutivo de projeto político. MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo. Hucitec. 1990. Para uma excelente revisão do debate que inclui as teses de Raimundo Faoro, José Murilo de Carvalho, Ilmar Mattos ver: RESENDE, Edna Maria. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Belo Horizonte. Tese de doutoramento. FAFICH.UFMG. Belo Horizonte. 2008;

É importante lembrar que famílias e indivíduos, desde os tempos coloniais, já se organizavam em torno do aparato fiscal, das instituições políticas e militares da Coroa portuguesa. Essa é uma realidade que não foi automaticamente desfeita no Império, pelo contrário, reforçada para a manutenção da ordem, da unidade e pela cultura política herdada do Antigo Regime. O debate político liberal do Império incorporou novas ideias e novos atores, mas sempre se reportando a esta realidade local, onde o papel das elites era fundamental.

Nesse sentido, é que se justifica a investigação da forma de atuação de grupos, famílias e indivíduos que compuseram uma parte da elite da cidade de Ouro Preto, capital da província. Como foco, os principais negociantes e proprietários que tiveram forte atuação na esfera política local, mas que se ligavam às redes mais amplas.

Na formação da elite política mineira, a propriedade, a família e o comércio foram os elementos básicos de sua feição local. Estudos com forte fôlego empírico têm demonstrado que elites regionais de diversas partes da província, apoiadas na riqueza gerada pela produção agropecuária e o comércio, ecoavam as grandes discussões nacionais na realidade local, ao mesmo tempo em que lançavam mão de estratégias para participar diretamente dos embates que definiam os rumos da configuração do Estado Imperial.

Um dos precursores da abordagem que congrega relações econômicas com atuação política foi Alcir Lenharo (1979). Em *As tropas da moderação* é analisada a grande produção pecuarista da região sul de Minas Gerais, voltada para o fornecimento do Rio de Janeiro. Na primeira metade do século XIX teria emergido uma classe proprietária que, pouco a pouco, passou a ter uma maior projeção política chegando a influir e participar da formação do Estado Imperial, sobretudo no período da regência (moderados). Assim, o mercado interno teria tido vigor o suficiente para acumular riqueza, integrar o Centro-sul e gerar novos personagens da elite política nacional.

O estudo de Lenharo (1979) pode ser considerado um divisor de águas para a historiografia brasileira sobre o século XIX. Em sua pesquisa aparece a atuação política de grupos não necessariamente ligados aos tradicionais setores de poder, vistos pela historiografia (elites cafeeiras, senhores de engenho ou magistrados).

Recentemente alguns trabalhos de história política se inspiraram nas pesquisas de Lenharo (1879) e estreitaram laços entre características econômicas regionais e a ascensão

de elites no processo de formação do Estado Imperial brasileiro. Esta seria a manifestação de uma alternativa à análise do “político” fixado no Estado e estéril com relação à sociedade e as interações sociais.

Wlamir Silva (2008) faz um panorama das condições econômico-sociais de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, em que uma elite de diversos setores de ocupação emerge para disputar o poder na província. Negociantes, fazendeiros, religiosos, magistrados e militares, todos direta ou indiretamente ligados ao setor de abastecimento, compuseram o quadro de liberais moderados que construiu uma hegemonia política em Minas, no período regencial. O fio que alinhavava o consenso político-ideológico da parte vencedora da elite mineira era a relação orgânica com a sociedade civil, que guardava característica peculiar: uma hierarquia social complexa, com possibilidade de ascensão de pardos, por exemplo; pequena propriedade de escravos; produtores camponeses, difundida vida urbana. A coesão liberal moderada se construiu com a integração entre a mentalidade escravista e relação política com uma camada livre intermediária.

Ao recuperar Alcir Lenharo (1979) e a integração economia/política a pesquisa abre novo leque de possibilidade de abordagem tanto para a história política provincial quanto para uma história econômica mais inteirada da ação política e configuração da hierarquia social.

Com objetivos diferentes, a análise das disputas de poder entre regiões mineiras na segunda metade do XIX, também animou Luiz Fernando Saraiva (2009) a congregar economia e política. Neste período há um nítido crescimento da cafeicultura exportadora e consequente desenvolvimento da Zona da Mata (área meridional), porém uma continuada hegemonia da elite política do centro, antigas áreas mineradoras e voltadas para o setor abastecedor. O descompasso entre poder político e econômico é comprovado por um vasto trabalho prosopográfico de toda a elite política mineira eleita ou indicada no século XIX.

Também buscando em Alcir Lenharo (1979) a correlação negócio/política, Edna Resende (2008) penetrou no universo da camada senhorial de Barbacena. Seria formada por ricos fazendeiros e negociantes, tratando diretamente na Corte, e nascidos em famílias que haviam deitado raízes em Minas, desde o século XVIII. A autora realizou uma verdadeira genealogia, inclusive de fortunas, negócios e propriedades, e mapeamento prosopográfico da elite que não hesitou em debater, liderar e intervir nos destinos da

política local e também do país. Uma dessas famílias, a Ferreira Armond, alinhavou toda a narrativa.

O vai-e-vem das tropas trazia da corte os livros e as ideias liberais. Do cotidiano da circulação, dos negócios, do debate em espaço público, em periódicos, festas eleições nascia uma visão própria do Estado que se formava. Eram filhos do Antigo Regime que adaptavam sua experiência senhorial às novas ideias e formas de ação política, no período regencial.

Edna Resende (2008) não apresenta a dominação local apenas como econômica, mas integrada em relações de poder, de representação simbólica e de valores nobelizantes ainda sobreviventes. A autora acredita que ao estabelecerem, estrategicamente, relações horizontais entre as famílias proprietárias, e com outros grupos sociais, essa elite alcançou prestígio e poder suficientes para intervir em processos maiores, no caso a construção do Estado Nacional.

Marcos Ferreira Andrade (2008) analisou a elite da região de Campanha da Princesa, importante centro agropecuário do sul de Minas Gerais. Ele também processou uma caracterização econômica da vila, lançando mão da quantificação dos dados de inventários. Em outra parte, o autor reduziu a escala de observação fazendo um profundo estudo da família Junqueira, a mais influente da região, nos seguintes aspectos: fortunas; herança; alianças matrimoniais; estratégias para manter o prestígio e o poder da família; sua relação com outras famílias da elite; as estratégias senhoriais na relação com seus escravos; a atuação da família na política, em especial na revolta liberal de 1842.

Como Edna Resende, o autor defende a participação ativa das elites regionais na construção do Estado, “(...) impondo suas demandas e constituindo-se como elite política que, ao mesmo tempo em que assumia o compromisso com a condução e preservação do Estado, mantinha seus laços com sua região de origem” (ANDRADE, 2008, p. 232).

Esse panorama dos novos estudos políticos sobre Minas provincial reforça nosso intuito de buscar, em uma abordagem micro-analítica, a conexão entre o regional e o geral, relacionando também a atuação mercantil com as relações políticas e sociais.

Nas disputas políticas locais era fundamental a influência sobre os cargos de juiz de paz, juiz de órfãos, comando da Guarda Nacional e da câmara. Para alcançar o nível provincial e nacional as alianças matrimoniais uniam interesses ligados à propriedade

escravista e ao comércio. Mas todo esse processo, dependia muito da capacidade das lideranças de alargar a base de apoiadores, dependentes, amigos, parentes, o que se construía nas relações sociais e comerciais do cotidiano.

O objetivo da utilização do termo elite é ter mais flexibilidade para tratar da inserção política dos negociantes no processo de formação do Estado Imperial, de modo a incorporar a atividade econômica, eminentemente urbana, no universo do domínio político e social. É justamente a interpretação desse grupo como elite econômica, política e social que permite conectar a realidade local ao centro de decisão e ao processo global de consolidação de instituições, poderes e do jogo político imperial.

O Negociante grossista

Francisco de Paula Santos foi o mais destacado nome das atividades mercantis ouro-pretanas entre as décadas de 1830 e 1870. Os negócios de crédito, mineração e escravos, o principal intermediário das companhias inglesas foi também sócio das firmas Pena & Santos e Santos & Irmão do Rio de Janeiro, credor da dívida pública provincial, acionista e diretor do Banco do Brasil, nas décadas de 1850 e 1860. Apesar da não localização de seu inventário, as informações de que dispomos permitem estimar que o comendador, provavelmente, acumulou um patrimônio no nível de grandes negociantes grossistas de São João Del Rei e do Rio de Janeiro, cidades economicamente mais dinâmicas que Ouro Preto, no século XIX. Vejamos a tabela 01 com alguns dos valores movimentados por Paula Santos:

Tabela 01

Valores movimentados por Francisco de Paula Santos em vários anos

Operações comerciais/Período	Valor
Escrituras de dívida e hipoteca (1835-1864)	52:805\$521
Imóveis adquiridos (1835-1864)	5:710\$000
Imóveis vendidos (1835-1864)	12:700\$000
Escravos comprados (1835-1864)	26:500\$000
Escravos vendidos (1835-1864)	11:800\$000
414 Escravos alugados para a <i>Saint Jonh Del Rey Mining Company</i> (valor estimado em 1880) ⁴	341:136\$000
694 ações do Banco do Brasil em 1857 (valor estimado)	138:000\$000
Metade do empréstimo feito à província (apólices, em 1842)	170:000\$000
Aquisição de um prédio urbano (Rio de Janeiro, 1855)	30:000\$000

⁴ Segundo Libby (1984, p. 95), em 1880, ano de sua morte, Paula Santos ainda mantinha esse numeroso plantel cativo alugado para companhia que operava em Morro Velho (Sabará). (LIBBY, 1984, p. 95). O valor total foi estimado a partir do preço médio do escravo em idade produtiva na região de Ouro Preto, no ano de 1880, conforme dados de Laird Bergad (2004, p. 284).

Aquisição da “Fazenda do Casal” (Valença, 1873)* 116:000\$000

Fonte: AHMI. Livros de notas; AHMI. Inventários *post-mortem*; ANRJ. Livros de notas; BURTON, 2001; LIBBY, 1984; Accionistas do Banco do Brasil na Assembléa Geral de 28/07/1857, (sem referência);

A tabela 1 está longe de representar o que teria sido o patrimônio de Paula Santos, mas aponta para a diversidade e a envergadura dos seus negócios. O alto valor das hipotecas das quais ele foi credor, dos imóveis adquiridos, unido à movimentação do comércio/arrendamento de escravos, ações bancárias e apólices da dívida pública, sugerem o destaque do comerciante, que começou com uma loja de fazendas na Rua São José e chegou a ser diretor do Banco do Brasil no Rio de Janeiro. Existem ainda referências de que Paula Santos possuiu outros créditos não escriturados, com comerciantes e proprietários locais, ações de companhias mineradoras, além de outras apólices da dívida pública provincial e nacional, não identificadas.

A diversidade dos investimentos seguia trajetória e composição muito semelhante à dos grandes negociantes grossistas da Corte, incluindo a aquisição de ativos financeiros com rendimentos seguros, terras para a cafeicultura e imóveis urbanos. No relato do viajante Herman Burmeister, em passagem por Ouro Preto, em 1850, Paula Santos é descrito “(...) com uma expressão de importância e arrogância, justificada pela posse de seu meio milhão de mil réis.” (BURMEISTER, 1980, p. 300). Portanto, a julgar por tal relato, possuía cerca de 500 contos de réis, trinta anos antes de seu falecimento.

Se por um lado, o patrimônio movimentado por Francisco de Paula Santos se assemelha ao padrão urbano e usurário dos seus congêneres ouro-pretanos, como demonstrei em tese de doutorado, por outro, a dimensão de seus negócios estava muito acima do média geral. Seguindo o corte proposto por Kátia Mattoso (1992) para identificação de grandes fortunas, ou seja, aquelas que somavam mais que 50 contos, identificou-se apenas 11 dos 30 patrimônios de origem mercantil analisados. Destes, pelo menos seis, em algum momento da vida tiveram loja estabelecida em Ouro Preto.

Portanto, no topo do que poderíamos chamar de elite mercantil da cidade de Ouro Preto encontramos perfis muito diversos: prestamistas especializados, sem loja estabelecida, ex-comerciantes, proprietários de lavras minerais e terras, que também eram prestamistas, além de lojistas tradicionais, que diversificaram seus investimentos ao longo

da vida, investindo no crédito, comércio de escravos, mercado de títulos públicos e ações (ANDRADE, 2013).

A faixa de acumulação predominante para os lojistas de Ouro Preto é aquela denominada “média alta”, na hierarquia construída por Kátia Mattoso. Em Salvador, as fortunas acima de 10 contos de réis representavam as faixas em que o patrimônio tornava-se sólido, com saldo positivo na liquidação do inventário, imóveis bem estruturados no campo (terras, benfeitorias) ou na cidade (quintas ou casas de sobrado). Segundo a autora, “(...) nessa faixa [de 10:100 a 50:000] concentravam-se os lojistas bem estabelecidos, que controlavam o varejo, além de funcionários e magistrados, alguns profissionais liberais e membros do alto clero.” (MATTOSO, p. 610).

No estudo da riqueza urbana em São Paulo, Maria Luiza Oliveira (2005, p. 86) denominou este de grupo como “setores médios paulistanos” e também demonstrou que se trata da primeira faixa de fortuna com uma “estabilidade” perceptível na distribuição do patrimônio. Para o caso de Ouro Preto, estamos tratando de parte da elite econômica e política local, que mesmo tendo amargado o empobrecimento da praça mercantil e a especialização do crédito, fonte principal da acumulação urbana, mantiveram-se entre os mais importantes mediadores econômicos, políticos e sociais da capital da província.

A loja era a base dos negócios, de onde partiam e chegavam carregamentos e, principalmente, onde se realizava operações de crédito e demais investimentos que caracterizavam o alto comércio, mas também do movimento cotidiano da compra de ferramentas, utilidades, vestimentas e também da demanda local por produtos de primeira necessidade ou de luxo. Em Ouro Preto, os principais agentes mercantis eram donos de lojas de fazendas secas, sendo o negócio de molhados, ocupado por uma camada de média ou pobre de comerciantes. Uma das marcas do comércio fixo lojista da capital da província era o atendimento ao chamado “habito suntuário” (MATTOSO, p. 610), demanda por vestimentas e acessórios de luxo, além do fornecimento atacadista para o pequeno comércio e para as localidades circundantes.

Existem apenas 33 registros de comerciantes mineiros na Junta do Comércio Agricultura e Fábricas do Rio de Janeiro, dos quais nove eram de Ouro Preto. O baixo número de registros indica que a formalização do negócio era feita na própria cidade, através do pagamento das licenças municipais. No entanto, ao se registrarem na Corte os

comerciantes do interior ratificavam suas posições de “negociantes de grosso trato”, portanto de mediador entre o Rio de Janeiro a localidade. Isso pode ser visualizado na solicitação de Francisco de Paula Santos para registro na Junta, em 1843, quando já era um dos maiores negociantes de Minas Gerais:

Diz Francisco de Paula Santos que é negociante de grosso trato em Ouro Preto Minas Gerais estabelecido com crédito, fundo, escrituração mercantil, importava exportava gêneros (...).⁵ [grifo nosso]

A análise da trajetória mercantil de Paula Santos demonstra exatamente o que descreve no pedido: importava da Corte para Ouro Preto, escravos e fazendas secas, exportava gêneros como o salitre, café, além de atuar no comércio do ouro. Em 1833, Paula Santos informava ao presidente da província que enviava “(...) 443 arrobas de salitre de minas para “Casa da Pólvora Nacional”, através dos tropeiros Manoel Pinto Cardoso e Joaquim Gonçalves Dias”.⁶

Nas décadas de 1830, 1840 e 1850, pelo que se apreende das escrituras registrada em cartório, destacam-se as seguintes casas que atuavam no atacado de gêneros molhados ou fazendas secas:

Quadro 01

Algumas casas atacadistas que atuavam em Ouro Preto

Silvério Pereira da Silva Lagoa	Negociante de molhados em Ouro Preto
Guimarães Lagoa & Cia	Firma de molhados importados. Rio de Janeiro. Silvério Pereira da Silva Lagoa era sócio.
Francisco de Paula Santos Pena Santos & Cia	Negociante de fazendas, de escravos, de ouro e salitre. Atacado de fazendas secas. Rio de Janeiro. Francisco de Paula Santos era sócio
Santos & Irmão	Atacado de fazendas, agente financeiro na Corte. Sociedade de Francisco de Paula Santos e Joaquim José dos Santos Junior.
José Batista de Figueiredo e irmão	José Batista de Figueiredo e Carlos de Assis Figueiredo herdaram o negócio de atacado do pai, Carlos de Assis Figueiredo.

Fonte: AHMI. Livros de notas. (1º, 2º e 3º tabeliões).

Outras casas comerciais também compravam diretamente do Rio de Janeiro e revendiam na região, mas os casos do quadro 1 são aqueles que podemos afirmar a prática

⁵ ANRJ. Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros. Códice 170.

⁶ APM. Câmara Municipal de Ouro Preto. CMOP ¾ doc 46.

grossista nos termos mais estritos: importavam diversos gêneros e revendiam na região para outros comerciantes.

Existem poucas informações sobre as operações da Pena Santos & Cia, mas sua atuação na década de 1830 comercializando fazendas secas em Ouro Preto é certa. Em escritura de 1837, Guilherme Cypriano de Souza Motta, comerciante da cidade, registrou hipoteca de quatro escravos, por dever 2:579\$531, relativo a compra de fazendas com firma Pena Santos & Cia, situada no Rio de Janeiro e representada pelo seu procurador e sócio, o eminente negociante, Francisco de Paula Santos.⁷ Em 1838, o mesmo Paula Santos vendia uma casa no valor de 1:700\$000, que havia recebido por execução judicial de José Ferreira da Silva, devedor da firma. Na escritura de venda, ele se apresentava “(...) como sócio da Pena Santos e Companhia, possuidor da dita casa, que a tem por uma execução por dívida contra o capital José Ferreira da Silva”.⁸

A documentação, além de comprovar a atuação da casa comercial, mostra a função de Francisco de Paula Santos, que era a de representar os interesses da firma no interior e, como veremos em outros exemplos, representar os interesses do próprio comerciante e de outros clientes no Rio de Janeiro. Não é possível saber as condições da sociedade, mas provavelmente, a função do futuro comendador na mesma não cabia na magnitude de seus negócios financeiros, com escravos e ouro, nos quais ele já se destacava em Ouro Preto. Talvez por isso, desfez deste interesse, abrindo sociedade com seu irmão mais novo, Joaquim José dos Santos Junior, a Santos & Irmão, que, além do atacado de fazendas, ainda responderia pelos interesses financeiros de Paula Santos na capital do Império.

O comerciante Modesto Antônio Machado de Magalhães trocava diversas correspondências com a Pena Santos no Rio de Janeiro e também recebia respostas de seus pedidos, como a relatada abaixo:

Amigos e Senhores, temos presentes três cartas de V. S.s dos dias ..., 25 e 30 do mês passado, o que nos cumpre responder. Não ha atualmente bilhetes de loteria a venda, mas fica em nossa lembrança comprar o que nos pediu na primeira ocasião remeter-lhes.

⁷ AHMI. Livros de Notas. Livro 191. Folha 27.1837.

⁸ AHMI. Livros de Notas. Livro 192. Folha 15v.1838

Também lhes enviaremos o mais breve que nos for possível as fazendas que nos pedem na sua última e preencheremos o fardo, quando seja preciso, com alguns artigos que julgar-mos lhes poderão melhor interessar.⁹

Pelo menos até o início da década de 1840, a Pena Santos continuou sendo uma referência atacadista para os lojistas de Ouro Preto. Já em 1842, outra firma, representada na cidade pelo comendador Francisco de Paula Santos, aparece nos recibos preservados de Modesto Antônio. A Santos & irmãos, sociedade entre o próprio Paula Santos e seu irmão mais novo, Joaquim José dos Santos Junior,¹⁰ passou recibos referentes a vendas de mercadorias em 1842, 1844 e 1849. Tanto a Pena Santos quanto a Santos & Irmãos funcionaram como agentes financeiros dos negócios de Modesto Antônio no Rio de Janeiro.

Individualmente, Francisco de Paula Santos foi um dos principais fornecedores de crédito na cidade de Ouro Preto. Na lista dos devedores do comendador, identificados nas escrituras notariais, estavam comerciantes, lavradores, mineradores, administradores de companhias e membros das famílias tradicionais da região. Apesar desta diversidade, as transações tiveram algo em comum: a constância da utilização de escravos como garantia de pagamento, ou simplesmente hipoteca.

A tabela 2 informa as 19 transações de empréstimos feitas pela casa comercial de Paula Santos e registradas nos cartórios de Ouro Preto, entre 1835 e 1866¹¹. Além do interesse na cobrança de juros, que seguia a tendência de 1 ou 1,5 por cento ao mês, havia a clara preferência à garantia dada pela posse de escravos. Em 18 das 19 escrituras aparecem pelo menos um escravo hipotecado pelo proprietário devedor. No total, foram 113 escravos hipotecados, somente nos registros notariais da capital da província.

Tabela 02
Dívida e hipoteca dos empréstimos realizados pela casa comercial de Francisco de Paula Santos. Ouro Preto. 1835 -1865.

Ano	Devedor	Ocupação	Empréstimo	Bens hipotecados	N. de Escravos
1835	Marquesa de Queluz	lavrador/mineração	2:000\$000	Escravos	06
1837	José de Freitas Pacheco	S/informação	945\$188	Escravo e chácara	02
1837	Diogo Clark	Minerador	3:000\$000	Escravos	18
1838	Guilherme Galssey	Minerador	4:787\$610	Escravos e lavras	06
1838	Henrique Raimundo Desgenotto	s/informação	590\$000	Escravos	02

⁹ AHMI. Acervo Barão de Camargos. Correspondências de Modesto Antônio Machado de Magalhães.

¹⁰ Sociedade entre Francisco de Paula Santos e seu irmão mais novo, Joaquim José dos Santos Junior.

¹¹ Os dados se limitam ao período da pesquisa. Os negócios de Francisco de Paula Santos se estendem para além de 1865 (ANDRADE, 2013).

1839	Valeriano Antônio Mascarenhas	Lavrador	2:000\$000	Escravos	05
1840	Patrício Pereira Campos	Comerciante	590\$000	Casa	
1840	Policeno da Costa Pacheco	Lavrador/minerador	1:500\$000	Escr fazenda e lavras	08
1840	Policeno da Costa Pacheco	Lavrador/minerador	1:200\$000	Escr fazenda e lavras	08
1841	Thomaz Bawden	Comerciante	600\$000	Escravo	01
1841	Maria B. da Silva e herdeiros	Lavrador	3:480\$000	Escravos	06
1844	Luciano da Silva Ribeiro	S/ informação	700\$000	Escravos	02
1851	Antônio Buzelim	Comerciante	2:000\$000	Escravos	05
1852	Manoel J. Fernandes de Oliveira	Comerciante	13:922\$130	Escravo	15
1853	Silvério Avelino de Araújo Lima	Minerador	7:798\$258	Escravos	20
1853	Francisco de A. S. Coutinho	Minerador	1:200\$000	Escravos e lavras	04
1855	Amanda Hubert	Comerciante	1:200\$000	Escravo	01
1856	Francisco de A. S. Coutinho	Minerador	3:945\$463	Escravo e lavras	01
1861	Manoel Alves Dutra	Lavrador	1:998\$070	Escravos e fazenda	02
1864	Felipe Coelho dos Santos	Lavrador	6:741\$600	Escravo e fazenda	01
	Total		36:805\$521		113

Fonte: AHMI. Livros de notas.(1º, 2º, 3ºtabeliães).

No término do prazo de muitos empréstimos não quitados, a transmissão da propriedade do escravo era quase certa. Em uma dimensão menor, esta era a estratégia dos demais grandes comerciantes da praça de Ouro Preto, ao realizarem operações de crédito com valores expressivos. Nas décadas de 1830 e 1840, cerca de 80% dos escravos hipotecados na cidade pertenciam aos devedores de comerciantes.

O escravo continuava sendo um bem valioso, que servia como garantia de liquidez, principalmente porque poderiam ser drenados pelo capital comercial para serem alugados ou vendidos às companhias de mineração. Uma passagem pelos “Códices da Polícia da Corte”, especialmente nos “despachos de escravos” é possível identificar que Francisco de Paula Santo e José Peixoto de Souza, outro grande negociante local, registraram compras de escravos. O primeiro registrou 50 escravos em duas passagens nos anos de 1827 e 1829. O segundo registrou 130 cativos, entre 1827 e 1832. O lojista Manoel José F. de Oliveira, cunhado de Paula Santos, registrou 50 almas neste mesmo ano.

Era justamente o contato e o crédito com os negociantes grossistas do Rio de Janeiro, na frequência do comércio de fazendas, que dava aos grandes comerciantes de Ouro Preto a oportunidade de arrematar levas tão significativas (ANDRADE, 2010). Apesar de poucas referências na Polícia da Corte, as escrituras denunciavam continuidade de operações envolvendo escravos, após o fim legal do tráfico. José Peixoto de Souza realizou uma grande transação de venda de escravos para a *Companhia de Mineração de Minas*

Gerais, situada em Sabará. Foram vendidos 71 escravos, todos africanos, e, em 1840, a companhia registrou dívida com hipoteca dos próprios cativos no valor de 34:030\$000.¹²

No limiar da década de 1830, as principais companhias já estavam com seu quadro de mão-de-obra escrava praticamente formado. As quatro maiores firmas somavam quase 1500 cativos, número que tendeu a aumentar no decorrer da década.

O negócio com cativo era privilégio de poucos, numa região de raras grandes fortunas. O acúmulo daí originado, desde os finais da década de 1820, garantiu a larga predominância do comendador Francisco de Paula Santos, peça chave no funcionamento no incerto e arriscado setor da mineração subterrânea da província de Minas Gerais.

Os 414 escravos alugados por ele à *Saint John Del Rey Mining Company* eram oriundos da *Imperial Brazilian*, companhia da qual o comendador era credor e hipotecário, no valor de 150:000\$000. Quando as companhias estavam em dificuldades, as possibilidades de levantar capitais na Inglaterra para novos incrementos de terras, mão-de-obra e manutenção eram pequenas. Por isso, o endividamento com fornecedores e emprestadores brasileiros foi comum. Na época do embargo dos bens na *Imperial Brazilian*, Paula Santos tomou posse de escravos e terras.

O Negociante banqueiro

A forma urbana de riqueza já estava muito presente nas principais cidades mineiras. Tanto em São João Del Rei quanto em Ouro Preto, as fortunas de negociantes encarnavam este perfil. Predominavam as dívidas ativas, decorrentes de empréstimos, imóveis urbanos e, no avançar da segunda metade do século XIX, apólices da dívida pública, ações e depósitos bancários. Nesse sentido, temos um processo de diversificação de investimentos, mantendo a característica urbana, com traços de modernização, como ocorreu em Salvador, onde profissionais liberais, funcionários públicos, negociantes e rentistas representavam este perfil (MATTOSO, 1992, p. 629).

Na passagem para a segunda metade do século XIX, houve um processo de descolamento da elite usurária/rentista/capitalista do conjunto de comerciantes lojistas estabelecidos, a quem, por tendência, restaria o pequeno crédito e instável negócio de

¹² AHMI. Livros de notas. Livro 192. Folha 63. 1840.

compra e venda de mercadorias. O grande crédito e os investimentos financeiros ficariam reservados aos primeiros, diferente da realidade das décadas anteriores, onde comerciantes lojistas tradicionais dominavam o setor financeiro (ANDRADE, 2013).

O Rio de Janeiro protagonizou a transformação do perfil de investimentos. Uma modernização que se operou muito mais no setor financeiro do que no produtivo rumo à industrialização, embora este último também estivesse em crescimento. Neste caminho, Fragoso e Martins (2003) analisaram a transformação do empresariado do Rio de Janeiro:

Em princípios do século XIX o negociante de grosso trato não só controlava setores vitais do comércio – tráfico de escravos, importação/exportação e abastecimento – como também desempenhava o papel de usurário. Em suas mãos encontrava-se a liquidez do mercado. Já na segunda metade do oitocentos esta elite econômica passou a concentrar suas atividades, principalmente na banca, deixando pouco a pouco o grande comércio entregue a outros segmentos do empresariado, e especializando-se nos empréstimos (Fragoso e Martins, 2003, p. 149).

Obviamente, não se trata de comparar os agentes estabelecidos em Ouro Preto com os grandes exportadores, comissários, industriais, banqueiros e rentistas do centro do Império, mas identificar o sentido que orientava as mudanças das práticas dos agentes econômicos urbanos.

No final da década de 1830 e na década de 1840 o governo provincial lançou mão de alguns editais para a venda de apólices da dívida pública, com o objetivo de financiar a construção da “Estrada do Parahybuna”, eixo importante que agilizaria a ligação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. No início das operações, foi fundamental a atuação do maior negociante de Ouro Preto, Francisco de Paula Santos. A casa comercial da qual era sócio no Rio de Janeiro, a “Pena Santos e Companhia”, realizava, sob comissão, as negociações e pagamentos de juros das apólices mineiras na capital do Império. O valor nominal das apólices era de 500\$000, mas o valor real mais baixo, de modo a atrair os investidores, que receberiam juros de 6% do valor nominal.¹³

O próprio Paula Santos faria uma grande compra em sociedade com o também negociante José Peixoto de Souza, no ano de 1841. Na oportunidade, 310 apólices (170:000\$000) foram arrematadas por 62% de seu valor nominal (105:000\$000),

¹³ MINAS GERAIS. “Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga.” Ouro Preto. Typ. do Correio de Minas, 1840. Disponível em <http://www.camara.leg.br>.

configurando um negócio vantajoso para a dupla, uma vez que nos anos posteriores, os valores pagos pelo governo para amortização das dívidas chegaram a 73% e 89% do valor nominal.¹⁴ Os dois maiores negociantes de Ouro Preto, na década de 1840, se beneficiaram do fato estarem sediados no centro político e administrativo da província para realizarem as transações que os transformaram em raros exemplos de capitalistas do interior.

Em 1847, o comendador Paula Santos combinou com o presidente que participaria de mais um “empréstimo provincial”. Foi este o assunto da correspondência remetida:

Sendo hoje o dia assinado para a apresentação das propostas sobre o empréstimo provincial, que se vai emitir, como foi anunciado em edital de 22 de outubro passado, tenho que propor à V. Ex. que estou pronto a tomar todo o empréstimo, entretanto, como V. Ex. em conferência particular, concordou comigo em abrir uma espécie de praça entre os concorrentes capitalistas desta província, aguardo essa ocasião para oferecer as condições.

Entretanto, se não houver concorrentes estou pronto para entrar em ajustes com o governo em qualquer dia que for designado.¹⁵

O trânsito direto com o poder provincial é explicado pelos constantes socorros que o comendador Paula Santos, também deputado provincial, oferecia ao governo, em um período que poucos eram os negociantes e proprietários que confiavam parcelas de seus capitais aos fundos da dívida pública provincial.

Outro importante agente investidor de Ouro Preto foi sua Caixa Econômica Particular, que, desde 1838, passou a reunir o pecúlio da população local e investir em títulos da dívida pública e outros ativos financeiros.

O rastreamento dos relatórios de presidente de província permitiu identificar que a criação da Caixa Econômica também corresponderia a um arranjo político. A casa comercial de Francisco de Paula Santos, sempre ele, seria a responsável pela compra das apólices e recebimento dos juros, com pagamento de comissões. Para a Província, a vantagem clara seria a de ter mais uma fonte de financiamento das despesas públicas. Em outras regiões do Império, as caixas econômicas também socorriam as finanças provinciais, canalizando as economias acumuladas das populações urbanas.

Pelo que consta nos relatórios das décadas de 1850 e 1860, o sucesso da Caixa de Ouro Preto fez com que pessoas de todas as classes passassem a poupar na instituição, que

¹⁴ MINAS GERAIS. “Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da provincia, Herculano Ferreira Penna.” Ouro Preto. Typ. do Correio de Minas. 1842. Disponível em <http://www.camara.leg.br>.

¹⁵ APM. Presidência da Província. 1/3. Cx. 01. Doc 54

ganhou credibilidade com os bons dividendos e com a segurança dos investimentos administrados pela casa comercial de Francisco de Paula Santos. Os balanços anuais eram sempre positivos na diferença entradas/saídas e o fundo crescia a cada relatório financeiro, que apresentava ainda a compra de ações do Banco do Brasil.¹⁶

O processo de institucionalização da vida financeira brasileira estava em curso com as medidas legislativas do final da década de 1840, que deram confiança e tornaram mais previsíveis os investimentos. Uma reforma bancária de 1853 fundiu o Banco Comercial do Rio de Janeiro com o Banco do Brasil de Mauá. O objetivo do governo era conter a excessiva liquidez do mercado, centralizando e restringindo as emissões de moeda (LEVY, p. 61).

Inicialmente, a capilarização do banco se daria da seguinte forma: as caixas filiais do antigo Banco do Brasil de Mauá, em São Paulo¹⁷ e São Pedro do Rio Grande do Sul, seriam incorporadas. Os Bancos Comerciais da Bahia, Pernambuco, Maranhã e Pará foram transformados em caixas filiais. A composição do capital de todas elas foi feita com as disposições acionárias, constituídas anteriormente (GUIMARÃES, 1997, p. 152) Já a Caixa Filial do Banco do Brasil em Minas Gerais foi a única instituição a ser criada, o que completaria o círculo das mais ricas províncias alcançadas pelas operações de crédito e emissões do Banco do Brasil. Esta também foi a única a ser encampada com fundos próprios da matriz do Rio de Janeiro.¹⁸

Existem fortes indícios da participação direta do nosso já conhecido comendador Francisco de Paula Santos neste processo. O primeiro indício está no assíduo envolvimento de seu irmão mais novo, Joaquim José dos Santos Junior, sócio da Santos & Irmãos, localizado na Rua dos Pescadores, Rio de Janeiro, na formação do Banco do Brasil. Santos Junior foi presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro¹⁹, entre 1854 e 1856, cargo que comandava a representação de demandas da classe mercantil carioca.

¹⁶ MINAS GERAIS. Relatórios e falas de Presidente de Província à Assembleia Provincial. Center for research Libraries. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em <http://www.camara.leg.br>.

¹⁷ Esta caixa ainda não havia funcionado. GUIMARÃES, Op.cit. p. 152

¹⁸ BRASIL. Congresso nacional. Câmara dos deputados. *Coleção das leis do Império*. Conselho de Estado. Res. N. 376. 16 de dezembro de 1854.

¹⁹ A Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro foi criada em 1834 e presidida pelos maiores nomes do comércio, como Irineu Evangelista de Souza (Visconde de Mauá), Barão do Ubá, Visconde do Andaraí, Teophilo Benedito Otoni e outros. Em 1867, passou a se chamar Associação Comercial do Rio de Janeiro. (GUIMARÃES, 1997, p. 88).

Além disso, compôs a diretoria do Banco Comercial do Rio de Janeiro, em 1853, quando houve a fusão com Banco Brasil de Mauá. A partir de então, fez parte da diretoria do novo Banco do Brasil até 1858 (PIÑEIRO, 2002, p. 284).

O início da década de 1850 coincide com a ascensão política de Paula Santos. Depois de três mandatos como deputado da Assembleia Provincial foi eleito para a Assembleia Geral, onde permaneceria por seis mandatos. Em 1854, recebeu a Comenda da Ordem da Rosa. Um ano depois fora eleito para diretoria do Banco do Brasil, permanecendo até 1863. O deputado participou assiduamente dos debates parlamentares sobre reformas no Banco do Brasil, assim como de outras matérias de interesses da mineração, do comércio e transportes.

No período de constituição do estatuto da Caixa Filial de Ouro Preto, que serviu de base para as outras, seu irmão Joaquim José dos Santos Junior era um dos diretores da matriz. É importante observar que o período entre a aprovação do estatuto pelo Conselho de Estado e a efetiva abertura da Caixa, 1856, coincidiu no ano em que, tanto Santos Junior quanto o comendador Paula Santos, faziam parte da diretoria, que era composta por 15 membros.

A decisão de instituir a Caixa Filial em Ouro Preto, apesar de São João del Rei ser a cidade mais rica e comercialmente mais movimentada, seguia o fato lógico de ser a capital, de onde poderia emanar o crédito e a política monetária. Porém também pode ter contado com a influência política de nomes como o próprio comendador Paula Santos, o deputado conservador Manoel Teixeira de Souza, futuro Barão de Camargos e o ouro-pretano, Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, chefe do gabinete da Conciliação e ministro da Fazenda.

Em meados do século XIX, a modernização da vida financeira estava em curso no Brasil, seja pela reforma das instituições e marcos regulatórios, seja pela mudança das práticas e instrumentos de negócios. Essa transformação ocorria ainda dentro de uma estrutura econômica e cultural arcaica: o escravismo, o poder do senhorio da terra e uma quase inexistente industrialização. A trajetória de Francisco de Paula Santos é engendrada dentro deste cenário, sendo ele, ao mesmo tempo que um homem das antigas práticas de mercado, protagonista fundamental da entrada de tais transformações na praça mercantil de Ouro Preto.

Os negócios do poder

Na década de 1840, emergiu em Ouro Preto outra importante liderança sem formação no direito ou eclesiástica, era o negociante Francisco de Paula Santos. Neste período, ele estava se tornando em um dos mais ricos comerciantes da província, o mais abastado da capital mineira, com certeza. Seus negócios com a mineração e com os títulos da dívida provincial o aproximaram do governo provincial, tanto nos períodos liberais quanto nos conservadores.

A despeito de suas ligações econômicas com os líderes liberais, no momento da revolta de 1842, ele foi chefe de polícia de Ouro Preto e Coronel Comandante da Legião da Guarda Nacional no município. Como veremos, o prestígio de Paula Santos parece ter se dado por sua atuação política com um perfil mais empresarial e menos comprometida com as dissensões ideológicas. Por isso, sua capacidade eleitoral não diminuíra com a derrota dos luzias, no período de predominância conservadora na província. Pelo contrário, ainda tinha fôlego para inserir seu irmão mais novo, Marçal José dos Santos, advogado formado na faculdade de direito de São Paulo, representante legal de seus negócios, eleito deputado provincial para legislatura de 1842-1843.

Os dois estiveram presentes entre os notáveis eleitos na paróquia, no primeiro pleito após o fim da Revolta de 1842, como podemos verificar no quadro 2.

Quadro 02

Resultado contido na “Ata de eleição da Paróquia de N. Senhora do Pilar de Ouro Preto”. 1842.

	Eleitores	Votos	Ocupação	Cargo Público
1	Bernardo Jacinto da Veiga	576	Bacharel	Pres. da Província
2	Herculano Ferreira Pena	572	Bacharel	Vice da Província
3	Francisco de Paula Santos	569	Negociante	Coronel da GN
4	Francisco de Magalhães Gomes	567	Negociante	Tenente/GN
5	José M. Manso da Costa Reis	558	Militar	Tropa de linha
6	José Joaquim da Silva Guimarães	556		Capitão/GN
7	Manoel Alves Toledo Ribas	552	Militar	Tropa de linha
8	Francisco de Paula Ferreira da Silva	548	Negociante	Capitão/GN
9	Pedro Nolasco de Azeredo Coutinho	538	Vigário	
10	Antônio Ribeiro de Andrade	531	Vigário	Dep. Provincial
11	Eugênio Celso Nogueira	526	Médico	

12 Marçal José dos Santos 522 Advogado Dep. Provincial

Fonte: APM. Câmara Municipal de Ouro Preto. Ata de nomeação de eleitores. 1842. CMOP 3/6 Cx 05.

O envolvimento pessoal dos governantes da província indica a importância que as eleições paróquias tinham e a grande dimensão que elas ganhavam na Paróquia do Pilar. O prestígio em alta de militares de linha indica frutos colhidos pela atuação de repressão à revolta, tanto de Manoel Alves Toledo Ribas quanto de José Manso da Costa Reis.

A presença de três negociantes na lista de eleitores corrobora com a projeção política da atividade mercantil no âmbito paroquial, o que não se repetia nas escolhas para a Assembleia provincial e Assembleia geral. Em tese de doutorado apresentei uma série de dados que demonstraram como o grupo de negociantes donos de lojas dominavam amplamente a câmara de vereadores e as altas patentes de oficiais das tropas de Milícias e Ordenanças, depois Guarda nacional, pelo menos até a década de 1850. Realidade que refletia o alcance político da atividade comercial, mas também a manutenção de um grupo de famílias em postos de prestígio e poder locais, desde os tempos coloniais.

Ao rastreamos o perfil dos parlamentares eleitos em Minas Gerais, inclusive os ouro-pretanos, é possível notar uma rara presença de negociantes e uma majoritária parcela de magistrados, bacharéis, médicos e religiosos. Era este, pois, o perfil do político mineiro, mesmo que fizesse parte de famílias de proprietários rurais (GENOVEZ, 2003, p. 412).

Os pleitos para estes cargos eram indiretos, sendo o grupo de eleitores, escolhidos pelos votantes da paróquia. Era na conquista dos votantes que estavam depositadas as chances de vitória. Por isso, vários meios foram utilizados: a divulgação do ideário partidário, via circulação de jornais, eventos públicos de disseminação dos nomes e ideias das lideranças e, principalmente, o apoio das bases eleitorais, formadas nas relações clientelares e familiares, por juízes de paz, oficiais da guarda nacional, chefes de polícia, vereadores e empregados provinciais. Para a realidade ouro-pretana, é neste nível que encontramos os negociantes lojistas.

Os irmãos Francisco de Paula Santos e Marçal José dos Santos, no entanto, mantiveram sua trajetória ascendente na política provincial, sendo escolhidos eleitores e, posteriormente, elegendo-se para a 5ª legislatura (1844-1845) da Assembleia Provincial.

Paula Santos mostrou-se um parlamentar atuante, propositivo e combativo nos três mandatos que obteve na casa legislativa mineira, na década de 1840, e nos seis que conquistou na Assembleia Geral, a partir de 1850. Os discursos e projetos sugeridos pelo deputado abordavam temas intimamente ligados às questões econômicas da província e do país. Falava e agia em prol de medidas governamentais e legais para o setor, alegando defender os negócios de fazendeiros, mineradores, comerciantes e empresas. Em algumas situações mostrava-se, politicamente independente, em nome daqueles que dizia representar: a “classe dos homens práticos”.

É importante ressaltar que nenhum outro negociante de Ouro Preto elegeu-se deputado no Segundo Reinado, com exceção de Carlos de Assis Figueiredo, eleito para a Assembleia Provincial, par os biênios 1840-41 e 1848-49. Dessa forma, o processo de descolamento de Francisco de Paula Santos para um nível superior financeiramente e nas práticas de mercado, em relação seus vizinhos das Ruas São José e Direita, também ocorreu na trajetória política. Quando comparamos sua ascensão com a dos predecessores eminentes comerciantes da praça ouro-pretana, Manoel Soares do Couto, Antônio Ribeiro Fernandes Forbes, José Bento Soares, Carlos e José Batista de Figueiredo, percebemos que estes gozavam de nome familiar e trajetórias anteriores em instituições tradicionais, como a câmara e tropas milicianas. O crescimento político de Paula Santos ocorreu, pelo contrário, no passo de seu enriquecimento, diversificação e modernização das práticas mercantis e financeiras, o que o aproximava dos governantes provinciais situados na capital Ouro Preto.

Os negociantes urbanos que se aventuravam na política eleitoral não agiam como um “bloco de poder” ou “classe mercantil”, mas com estratégias de alcance de prestígio para suas famílias e clãs sociais. Dessa forma, ocupar instituições de poder local era parte de um “fazer-se elite” que a atividade comercial, por sua capacidade de acumulação e possibilidade de domínio clientelar, contribuía parcialmente.

Para Theo Piñeiro (2003), os grandes negociantes do Rio de Janeiro, pela dimensão de seus negócios, se organizavam e agiam politicamente, como tal. Seja através de associações corporativas ou participando da gerência de instituições financeiras e companhias de serviços, a nata mercantil carioca se identificava como “classe dominante” e atuava para defender seus interesses. Na visão do autor, ao se articularem social e

economicamente com os proprietários rurais fluminense, formaram o grupo que subordinou outras regiões do país no processo de formação e centralização do Estado brasileiro.

A dimensão mediana do alcance dos negócios, a restrita capacidade de acumulação da economia regional ouro-pretana, o caráter tradicional de suas práticas de mercado e práticas políticas distanciavam os comerciantes da capital da província mineira de uma possível ação como “bloco de poder”. Com as armas que tinham, agiam para se aproximar do poder e reproduzir a hierarquização da sociedade escravista e do regime monárquico. Do ponto de vista estrutural, compunham uma base de intermediários políticos e econômicos, muito importantes para engendrar as redes de poder provinciais e nacionais, como bem salienta diversas pesquisas especializadas, que analisaram famílias, proprietários e comerciantes de outras regiões de Minas Gerais e do Brasil. Sendo assim, a noção de subordinação congela a atuação dessas elites, como se não estivessem interligadas, numa relação de reciprocidade com o centro.

Em um patamar superior à realidade paroquial, embora não a abandonasse, se encontra a trajetória do Comendador Francisco de Paula Santos. Vejamos mais alguns elementos que corroboram esta hipótese.

Na Assembleia provincial, Paula Santos fazia parte da “Comissão de estradas”. Desde o final da década de 1830 até meados da década de 1840, a principal obra do governo de Minas Gerais era a construção da “Estrada do Paraibuna”, percurso que ligaria de forma mais rápida a capital Ouro Preto ao Rio Paraibuna, na Zona da Mata, principal passagem para a província do Rio de Janeiro. Esta seria a primeira grande modificação no secular “Caminho novo”, considerado um dos mais movimentados desde os tempos coloniais. Para se ter uma ideia, o Registro de Matias Barbosa, localizado no caminho, era o de maior arrecadação de impostos, tanto de importação quanto de exportação. Quando o Registro fiscal foi transferido para a Ponte do Paraibuna, este também seria o mais movimento da província. Após a passagem no Rio Paraibuna, os produtos mineiros chegavam, pela Serra, ao Porto da Estrela e de lá seguiam por embarcações para a cidade do Rio de Janeiro (RESTITUTI, 2006, p. 265 -266).

As emissões de títulos da dívida pública mineira eram as bases do financiamento da obra, do qual o próprio Francisco de Paula Santos, em sociedade com José Pexoto de

Souza, havia participado. Mas ainda em 1845, o deputado ouro-pretano reclamava duramente do atraso nas obras, encomendadas ao engenheiro Henrique Guilherme Halfed, descrevendo os males causados pelas dificuldades de transporte:

Será que a intenção da assembleia provincial, que as coisas continuem assim: que a indústria agrícola definhe, e morra, ante os obstáculos, que encontra na dificuldade do transporte? Invoco aqui a opinião dos nobres deputados, que são fazendeiros, que digão eles a que estado desgraçado estão reduzidos os interesses dos agricultores (apoiados). Eu observo, que o assucar que se vende nos engenhos a 800 e 1:000, e nas povoações por poucos mais, entretanto, que no Rio de Janeiro igual gênero se vende à 3:000. Isto que acontece com o assucar acontece com os mais produtos. E porquê? Por que apesar da diferença de preços não convém conduzi-los, não só pelos gastos de transporte, como pela demora, que há até sua chegada ao mercado, que muitas vezes influi para alterar o gênero etc, etc.²⁰

O deputado insta os fazendeiros presentes no plenário a concordarem com sua assertiva de que o transporte é o principal gargalo para a prosperidade do comércio dos produtos mineiros com o Rio de Janeiro. Completa a argumentação exemplificando como a venda do açúcar no comércio da Corte poderia ser promissora, se não fossem os gastos de condução. Propõe então ao governo que conclua a obra da estrada, reduzindo a largura pela metade, para que pelo menos o transporte de gêneros se fizesse com comodidade.

A veemência da cobrança de Paula Santos provocara reações entre os governistas presentes. O sr. Honório Pereira de Azeredo Coutinho questionava: “O senhor está na oposição?”. A resposta escorregadia indica que a causa de suas convicções, a produção e os negócios, estava acima da filiação partidária: “Não estou na oposição: sou semi-presidencial. Estou expondo com toda lealdade a minha opinião. Digo que sou meio governista.”²¹

O governo da província e a maioria da Assembleia eram conservadores, em uma legislatura que ainda vivia as consequências da derrota liberal de 1842. No entanto, naquele ano, 1844, o gabinete ministerial estava prestes a dar uma nova guinada, com reaproximação de D. Pedro II com o Partido Liberal. Assim, o revanchismo e as animosidades com os antigos revoltosos tendiam a se esvaziar. A posição “meio governista” de Paula Santos anunciava sua postura crítica ao governo conservador, que se confirmaria em abril do mesmo ano, quando liderou um grupo de deputados que

²⁰ APM. Jornais Mineiros. O compilador. 1845/17/02. p. 02

²¹ APM. Jornais Mineiros. O compilador. 1845/17/02. p. 02

apresentaram um duro manifesto contra a restauração do imposto da meia-siza, incidente sobre a compra e venda de escravos (VENÂNCIO, p. 67-68).

Mais uma vez, o argumento para sua posição era a defesa dos “(...) interesses da agricultura e indústria da província (...)”. Sendo ele mesmo comerciante de escravos e parceiro das empresas de mineração, que usavam amplamente a mão-de-obra cativa, confirma-se assim, sua atuação empresarial no legislativo mineiro.



Comendador Francisco de Paula Santos

Fonte: *Centro de Documentação Histórica da Aeronáutica (CENDOC)*. Acervo Santos Dumont. Disponível em: <http://www.cendoc.aer.mil.br/dhc/sd/anteced.php>

Na Assembleia Geral, onde estreou em 1850, Paula Santos continuou se envolvendo em discussões de temas como: impostos, mineração, bancos, crédito, transporte, comércio e produção. Quando da aprovação de um projeto de isenção de impostos para a extração de cobre e prata, por exemplo, o deputado mineiro lembrou as altas taxas pagas pelas mineradoras estrangeiras que exploravam ouro em Minas Gerais e da necessidade, na visão dele, de desonerá-las. Esteve também na linha de frente dos debates parlamentares entorno da reforma bancária de 1853, que fundiu o Banco Comercial do Rio de Janeiro com o Banco Brasil de Mauá. Seu irmão mais novo e sócio

nos negócios no Rio de Janeiro fez parte da primeira diretoria do banco e ele mesmo compôs a executiva por alguns mandatos.

No calor das discussões da reforma, o comendador criticou os propositores do projeto, ao observar que “(...) a classe dos homens práticos, a humilde classe dos homens práticos que eu tenho a honra de representar nesta casa, não está tomando parte nos debates.”²² Suas intervenções sempre caminhavam no sentido de defender a disponibilidade de crédito e moeda sonante, fundamentais para o comércio e agricultura.

Os temas relativos à sua província de origem também estimulavam a atuação do negociante. Em 1854, defendeu a ampliação dos prazos para estudos e “trabalhos preparatórios” realizados por empresas candidatas a exploração dos terrenos diamantíferos, sobretudo, em rios caudalosos. Preocupava-se também em manter a possibilidade de arrendamento dos terrenos em prazos indefinidos, diferente que o governo queria. No ano seguinte, o esforço pessoal de Paula Santos para reduzir os impostos pagos pela Companhia de Morro Velho (*Saint Jonh Del Rey Mining Company*) obteve sucesso. A comissão de orçamento dava parecer favorável à redução paulatina dos direitos até atingir os mesmos patamares das minerações nacionais. A companhia inglesa tinha o maior empreendimento aurífero do país, movimentando uma enorme cadeia econômica na região central de Minas Gerais, que passava pela aquisição de mão-de-obra escrava, incentivo a fundições de ferro, fornecimento de alimentos, madeira, panos etc.²³ O próprio comendador possuía enormes negócios com a empresa, como o aluguel de escravos e fornecimento de madeiras.

Alcançando o auge de sua riqueza, projeção e reconhecimento político, o deputado mineiro não deixou de pensar na base econômica mercantil, ou seja, o pequeno crédito praticado no interior. Propôs em 1860, um projeto que elevaria a alçada do Juiz de Paz para arbitrar sobre processos de cobranças de dívidas de 50\$000 para 150\$000. Para Paula Santos, a exigência do Código Comercial de que querelas de importância superior a 50\$000 fossem tratadas nas localidades cabeças de distrito jurídico, tornava oneroso o processo, com viagens e pagamentos de advogados. Argumentava em seu discurso:

²² BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos deputados. Anais da câmara dos deputados. Volume 2. 15/06/1853. Disponível em: www.camara.leg.br.

²³ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos deputados. Anais da câmara dos deputados. Volume 2. 12/06/1855. Disponível em: www.camara.leg.br.

É um grave inconveniente que atua muito prejudicialmente sobre o comércio e a indústria da minha província; e por isso os habitantes daquele país consideram como objeto da maior necessidade uma alteração da legislação nessa parte. No intuito, pois, Sr, Presidente, de atender a esses grandes interesses da minha província, eu vou oferecer a apreciação da câmara um projeto com o fim de elevar um pouco a alçada dos juizes de paz.²⁴

Paula Santos era, neste momento, um grande negociante que atuava em Ouro Preto e no Rio de Janeiro. Com certeza, a dimensão de seus negócios não necessitava de tal medida legislativa, mas o alcance da iniciativa seria politicamente muito promissor, ao atingir a realidade de diversas freguesias de Minas Gerais, sobretudo interessando aos comerciantes locais.

Consolidava-se assim, sua posição de representante dos homens da produção e do comércio, no universo marcadamente letrado, dominado por bacharéis, médicos e sacerdotes. Obviamente que, da mesma forma que seus colegas, estava ali reproduzindo o poder e as clivagens da sociedade escravista, mas sua trajetória marca um perfil de atuação política mais próximo de uma lógica empresarial, sobretudo na comparação com seus congêneres ouro-pretanos.

Conclusão

A trajetória do comendador Francisco de Paula Santos mostrou-se, sem dúvida, muito elucidativa das formas de investimento, acumulação, relações sociais e políticas construídas no Império. Manteve-se como negociante e/ou banqueiro por mais de cinco décadas, sempre a partir de sua base econômica e política, a cidade de Ouro Preto. A excepcionalidade de sua fortuna e longevidade profissional, não o desconecta, no entanto, da realidade comum da praça comercial da capital da província e do mercado nacional em formação.

Seus negócios tiveram grande ascensão justamente no período favorável ao comércio na capital, as décadas de 1830 e 1840. Depois das dificuldades das décadas de 1810 e 1820, decorrentes da crise da mineração, o comércio reencontrara o caminho da riqueza, com a montagem do aparato administrativo da província, a nova mineração aurífera com as companhias inglesas e o desenvolvimento agrário-mercantil da província mineira.

²⁴ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos deputados. Anais da câmara dos deputados. Volume 2. 21/07/1860. Disponível em: www.camara.leg.br.

Alguns lojistas operavam de forma mais expansiva, vendendo para pequenos comerciantes, fazendeiros e mineradores da cidade ou de localidades vizinhas. Agiam também como intermediários das mercadorias e da confiança, entre os congêneres locais e os fornecedores grossistas do Rio de Janeiro. A firma Pena Santos & Cia, estabelecida na capital do Império, foi uma das revendedoras de fazendas para os comerciantes ouro-pretanos, além de servir com casa de desconto. Essas operações eram, no final da década de 1830, intermediadas pelo próprio Paula Santos, sócio e representante da dita casa comercial na cidade. Dessa forma, as redes de negócios eram construídas por elementos mediadores entre o interior e a praça litorânea.

Algumas características particulares da economia regional contribuíram para o estabelecimento da hierarquia mercantil. A mineração subterrânea, com capital estrangeiro, ao demandar escravos e abastecimento, surgiu como oportunidade de negócios, mas reduzida ao um pequeno grupo. Não havia exportações muito importantes da região, portanto a multiplicação mercantil e de renda eram precárias, fazendo com que o comércio sobrevivesse em função do crédito e somente alguns comerciantes conseguissem manter a saúde financeira do negócio. Isso aprofundava, sobretudo nos momentos de dificuldades econômicas da região, a distância entre grandes e pequenos.

Na década de 1850, entre tantas as transformações da vida econômica, começa a haver um processo de separação entre o rentista/capitalista, que empresta dinheiro a juros e o comerciante de loja. As escrituras e inventários revelaram que, junto com a modernização, houve um descolamento de um pequeno grupo de grandes comerciantes, profissionais liberais e agricultores do universo da venda de mercadorias no balcão. O processo de especialização, típico do desenvolvimento do capitalismo, começa a se processar na distinção entre negócio financeiro e comércio tradicional. Mais uma vez nos deparamos com Francisco Paula Santos que, mesmo podendo ser identificado como um negociante grossista tradicional, foi o pioneiro na adoção de novos investimentos e práticas mercantis/financeiras.

Para Fernand Braudel (1996), em seu clássico volume sobre o comércio na sociedades pré-industriais, era nos pontos mais altos da hierarquia mercantil que as trocas se tornavam mais complexas e sofisticadas, aproximando-se mais das leis do mercado. É

possível, portanto, afirmar que flagramos o processo de transformação pelo qual passavam as trocas no século XIX, através da figura do comendador Francisco de Paula Santos.

Entretanto, na trajetória de estudos sobre as práticas mercantis e sobre os negociantes no século XIX, vários elementos não econômicos cruzaram nosso caminho. As relações familiares, a inserção política, o prestígio, os vínculos clientelares, entre outros. Adotando alguns elementos da micro-análise, foi possível perceber um conjunto de ações, práticas e estratégias individuais que são orientadas pelos valores culturais, as interações políticas e as estruturas econômicas, mas que divergem entre si, oferecendo uma dinâmica à vida social, que o tratamento de dados massificados não permitiriam.²⁵

Nesse sentido, a inserção política do negociante Francisco de Paula Santos não está desconectada de sua trajetória econômica ou dos valores que permeavam a sociedade brasileira no período monárquico. O escravismo, a mentalidade senhorial, o clientelismo e a herança nobelizadora do Antigo Regime português também orientaram suas ações, além do já salientado perfil empresarial que marcou sua atuação parlamentar e financeira.

Em nossa hipótese de trabalho, que ainda merece novos apontamentos de pesquisa, é a busca por um posicionamento como elite que congrega elementos aparentemente paradoxais. Nesse sentido, a chave para compreender trajetórias como as de Paula Santos, é o estudo dos comportamentos e estratégias das elites regionais no processo de centralização e consolidação do Estado imperial, em meados do século XIX.

Fontes

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. AHMI. Casa do Pilar. Livros de notas. (1º, 2º, 3º tabeliões).

AHMI. Acervo Barão de Camargos. Correspondências de Modesto Antônio Machado de Magalhães.

Arquivo Público Mineiro. APM. Presidência da Província. 1/3. Cx. 01. Doc 54.

APM. Câmara Municipal de Ouro Preto. CMOP ¾. doc 46.

²⁵ Aqui nos baseamos nos pressupostos de Giovanni Levi em: LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros. Códice 170.

Fontes impressas

BRASIL. Congresso nacional. Câmara dos deputados. Coleção das leis do Império. Conselho de Estado. Res. N. 376. 16 de dezembro de 1854.

BRASIL. Congresso nacional. Câmara dos deputados. Anais da câmara dos deputados. Disponível em: www.camara.leg.br.

MINAS GERAIS. “Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga.” Ouro Preto. Typ. do Correio de Minas, 1840. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

MINAS GERAIS. “Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da provincia, Herculano Ferreira Penna.” Ouro Preto. Typ. do Correio de Minas. 1842. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

MINAS GERAIS. Relatórios e falas de Presidente de Província à Assembleia Provincial. Center for research Libraries. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

Centro de Documentação Histórica da Aeronáutica (CENDOC). Acervo Santos Dumont. Disponível em: <http://www.cendoc.aer.mil.br/dhc/sd/anteced.php>

Bibliografia

ANDRADE, Leandro B. *Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822 – c. 1864*. Rio de Janeiro. PPGHIS/UFRJ. Tese de doutoramento. 2013.

ANDRADE, Leandro Braga. Uma pequena praça comercial e seus agentes: integração mercantil e hierarquia social em Minas Gerais no século XIX. *Temporalidades*. Belo Horizonte. Vol 2. N 1. (jan-jun 2010). Maio de 2010.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 2008.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. São Paulo EDUSC. 2004.

BURMEISTER, Hermann – “*Viagem ao Brasil, através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*”, Editora Itatiaia, 1980.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília. Senado Federal. 2001;

DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado Nacional.” In.: JANCÓS, István. (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. Ijuí - São Paulo. Hucitec/UNIJUÍ/FAPESP. 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O lugar das elites regionais*. Revista USP, Dossiê Brasil Império, São Paulo, n. 58, p. 116-133, jun/ago. 2003.

FRAGOSO, J. L. e MARTINS, M. F. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão. 1850-1880”. In.: FLORENTINO, M. e MACHADO, C. (org). *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2003.

GRAHAM, Richard. “Clientelismo e cultura política brasileira”. *Papers*. Instituto Fernand Braudel. Num. 02. São Paulo. 1999.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, economia e poder no segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá Mac Gregore e Companhia. (1854-1866)*. Tese de doutoramento. USP. São Paulo. 1997.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Ed. Símbolo. 1979.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Ed UFRJ. 1994.

LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. São Paulo. Brasiliense: 1988.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: O caso da Mina do Morro Velho. 1834-1886*. Ed. Itatiaia. Belo Horizonte. 1984.

- LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000.
- MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: Um estudo sobre política e elites, a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo. Hucitec. 1990.
- MATTOSO, Kátia M.Q. “Bahia, Século XIX. Uma província do Império”. São Paulo. Ed. Nova Fronteira. 1992.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. *Entre a casa e o armazém: Relações sociais e experiência da urbanização em São Paulo, 1850-1900*. São Paulo. Alameda. 2005.
- PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. *Os simples comissários: Negociantes e política no Brasil Império*. Tese de doutoramento. UFF. 2002.
- RESENDE, Edna Maria. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Belo Horizonte. Tese de doutoramento. FAFICH.UFMG. Belo Horizonte. 2008.
- RESTITUTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas do Comércio interprovincial. 1839-1884*. Araraquara. Dissertação de mestrado. Araraquara. UNESP. 2006.
- SILVA, Wlamir. *Liberais e povo. A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. E. Hucitec. Estudos Históricos. São Paulo. 2008.
- SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853 – 1893*. Tese de doutorado. UFF. Niterói. RJ. 2009.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul. 1850-1889*. Santa Maria. Editora UFSM/Anpuh-RS. 2010.
- VENÂNCIO, Anderson Luís. *A força que vem do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais. 1844-1853*. Dissertação de mestrado. UNESP. Júlio de Mesquita. Franca. 2005.